

Em tempos do cólera

» OTÁVIO SANTANA DO RÉGO BARROS
General de Divisão do Exército

O sentimento de união, em novos “tempos do cólera”, se torna menos percebido e, paradoxalmente, mais necessário em nossa sociedade eivada de divisões. Essas, as mais das vezes, provocadas por aqueles que têm o dever moral de combatê-las. Domingo (9/5), a coluna do escritor peruano Mario Vargas Llosa (*Estado de São Paulo*) baseou-se em uma entrevista com a professora espanhola Carmén Iglesias, entre outras qualificações, antiga maestra de história do Príncipe de Astúrias, atual rei da Espanha, Felipe VI de Espanha (<https://metahistoria.com/carmen-iglesias-historia-en-tiempos-de-pandemia/>).

É uma conversa de fôlego sobre a ocorrência de pandemias, suas consequências e reflexos, e a maneira como as pessoas do povo, os cientistas e os governantes lidaram com as pestes a partir do conhecimento científico, religioso e mundano de cada época. Na viagem pelo tempo, a professora enfatiza que os seres humanos repetem, em maior ou menor grau, comportamentos pendulares entre o egoísmo ferino em certos casos e a generosa solidariedade heroica em outros momentos.

Destaca que o desprezo pelas leis e o deboche compulsivo em condutas arrogantes e infantilizadas são costumes diante do medo que grassa em ambiente de pandemia. As semelhanças com o nosso país ficarão límpidas à medida que se aprofunde o estudo. Em tempos de tantas divergências entre ciência & tecnologia e achismo, ela, uma cientista social, declara que a ciência não produz certezas inquestionáveis, porquanto avança por meio do desenvolvimento de teses que usam o método de tentativa e erro.

Sete séculos passados, o papa Clemente VI chegou a proibir pro-

cessões ao perceber que eram um grande foco de contágio. Observação também é ciência. A peste atacava todos os povos, ricos ou pobres, de aldeias lindeiras ou distantes. As aglomerações provocadas para deleite político ou narcisismo social são exemplos contemporâneos a serem rejeitados. O filósofo alemão Walter Benjamin reflexionou: “Cada avanço civilizatório é ladeado pela barbárie”. Espera-se que a barbárie imaginada por Benjamin não seja a de uma liderança perversa, ao menos aqui em nosso país.

Durante o ápice da peste negra, que brotou no século 14 e estendeu-se por três séculos, as autoridades cuidavam da vigilância nos embarcadores para evitar a entrada de navios infectados. Estabeleciam uma quarentena obrigatória (os venezianos perceberam que a incubação da peste durava 37 dias). Aceitavam a criação de novos hospitais por beneméritos (a iniciativa privada já se mostrava capital). Na adolescência do século 21, parecem ainda imprescindíveis tais proteções e ações.

Os avanços alcançados da ciência contra o Sars-CoV-2, covid-19, ainda que tenhamos necessidade de confirmar a plena eficácia a médio prazo e, acima de tudo, que possamos alcançar todas as partes do mundo, são os únicos instrumentos aptos a aliviar as incertezas do enfrentamento. A pesquisadora assegura que historiadores do futuro encontrarão campo fértil de interesses acadêmicos ao estudarem as reações emocionais ao medo, à incerteza, à perda de confiança, até mesmo ao pânico durante essa pandemia.

Reações que levam à irracionalidade e a crenças rígidas como o negacionismo, a rejeição das vacinas e a busca de bodes expiatórios. Reações que suscitam odiosos ataques muitas vezes apócrifos ao indivíduo em vandalismos amorais. São ares que respiramos aqui em terras de Santa Cruz.

Na ânsia de inocentarem-se, os prováveis culpados buscam socializar as responsabilidades

pela decadente gestão ao apontar o indicador para o comportamento de outrem. Mas, como Hannah Arendt observou: “se todos são culpados, ninguém o é”. Todavia, ela também esclareceu que a culpa é específica e não geral, tem nome e sobrenome (costumo dizer, tem CPF). Carmén Iglesias esclarece que essas atitudes descritas ao longo de sua entrevista são características mapeadas em outras experiências pandêmicas. Ou seja, se os gestores esboçassem a mínima pretensão de enfrentar o desafio, bastava estudar um tiquinho o passado. Está tudo lá em suas entranhas já evisceradas. A persistir a insensatez e a arrogância de pensar e agir na pretensa onisciência, serão execrados nos tempos vindouros.

Paz e Bem!



O sinal da mudança

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

O presidente Joe Biden continua a surpreender os observadores da esquerda ou da direita. Sua mais recente iniciativa foi apoiar a quebra de patentes das vacinas contra o coronavírus. A primeira reação foi de espanto. Queixos caídos. Empresários enfurecidos. Lucros voando pelas janelas dos grandes laboratórios farmacêuticos de todo o mundo. Surpresa geral na Organização Mundial do Comércio. Na última reunião com representantes de 160 países, o do Brasil, que foi o único dos países emergentes a apoiar a manutenção das patentes, foi obrigado a ficar calado. Quem falou em nome dos latinos foi o Paraguai. O governo da Nova Zelândia anunciou seu total apoio à decisão do presidente dos Estados Unidos.

Derrota vexatória da diplomacia do governo Bolsonaro. O ex-chanceler Ernesto Araújo, recentemente demitido, optou por seguir os passos de Donald Trump na negação da pandemia e na defesa de teses anacrônicas até no comércio. Ele criou problemas com o governo da China e provocou sérios embaraços no fornecimento de vacinas aos brasileiros. Com sua exótica visão de globalismo, provocou graves prejuízos ao país. No caso das patentes, o prejuízo é moral. Foi um desastre de proporções épicas.

A posição do presidente dos Estados Unidos vai se reproduzir em toda a América Latina. Tem sido assim desde o tempo em que as independências começaram a acontecer no continente no século 19. Os fatos ocorridos ao norte produziram repercussões no sul do continente. O fim da Guerra da Secessão gerou no Brasil algumas

consequências: a urgência em resolver a questão da escravatura, que sofria forte pressão dos ingleses, e reforçou a ideia do federalismo, que aqui se reproduziu de maneira diferente.

A América é para os americanos, disse Monroe. A frase tem vários sentidos. O primeiro deles é afastar qualquer projeto de criar colônias no Sul, embora França, Holanda e Inglaterra tenham mantido as Guianas até os anos setenta do século passado. Mas os grandes países mantiveram sua independência formal. No entanto, quando as ideias patrocinadas por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara começaram a prosperar por aqui, tudo mudou. Os militares foram incentivados a assumir o poder. Brasil, Chile, Argentina e Uruguai viveram este período. Todos treinados e orientados por decisão de Washington.

Na área econômica, aconteceu o mesmo fenômeno. O Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, depois de muita hesitação, ao lado dos aliados. Os norte-americanos construíram os aeroportos nas capitais do norte e do nordeste do país, além de montar a enorme base aeronaval de Natal, onde Getúlio Vargas se encontrou com Franklin Roosevelt, em janeiro de 1943. Além disso, houve a cessão de Fernando de Noronha, que se transformou em instalação militar norte-americana até 1949.

Recentemente, depois da queda do muro de Berlim, surgiu nos Estados Unidos a ideia do consenso de Washington que consagrou o projeto de que o mundo é um só e o comércio deve ser incentivado ao máximo. Quanto menos barreiras, melhor, quanto menos estado, maior eficiência.

O nosso Paulo Guedes é apenas um espelho dessa tendência que virou escola acadêmica e pousou em Chicago, onde o ministro estudou. Depois, ele fez uma escala em universidade chilena no tempo do ditador Pinochet. Os opositores no Chile foram massacrados. Até militares dissidentes do regime foram mortos. Um deles assassinado no centro de Washington.

É tolice negar a influência norte-americana nos latinos em geral e no Brasil em particular. Joe Biden, pela idade e longa experiência política, parece ser uma mistura de Ulysses Guimarães e Severo Gomes. Por ironia da história, os dois morreram juntos no desastre de helicóptero no litoral de São Paulo em outubro de 1992. O norte-americano tem plena noção de seu tempo, importância do momento e necessidade de imprimir velocidade na mudança social. Sua disputa com a China se situa no nível da competência intelectual e na velocidade dos meios de comércio. O mundo é veloz. A retórica brasileira ignora a realidade.

Dr. Ulysses ensinou que devemos temer as pessoas que podem mais do que sabem. É o caso do presidente Bolsonaro. Ele não deve ser julgado por suas palavras e atos. O exercício da política está além de sua compreensão. Ele, literalmente, não sabe o que faz. Não entende suas responsabilidades, não percebe o vento originário do oriente que varre o mundo ocidental. Depois da grande depressão provocada pela pandemia, pela letalidade absurda, pela dor das famílias, as pessoas vão correr em busca do tempo perdido. Foi assim em todas as pandemias anteriores. O novo tempo vai surpreender. Biden é o primeiro sinal da mudança.

O centenário do ministro Aldir Passarinho

» CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO
Advogado, professor emérito da UnB e da PUC/MG, foi ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral

Comemora-se o centenário do nascimento do ministro Aldir Guimarães Passarinho, que foi um dos grandes juizes do Supremo Tribunal Federal. Longa foi a sua atividade profissional. Administrador, significativa foi sua passagem pela subchefia da Casa Civil do governo Castelo Branco. Advogado, juiz federal no Rio, juiz do Tribunal Regional Eleitoral daquele estado, ministro do Tribunal Federal de Recursos, ministro e presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro e presidente do Supremo Tribunal aposentou-se, em 1991, retornando à advocacia, fazendo-o com o brilho e a dedicação dos primeiros tempos.

Nascido em Floriano, no Piauí, em 21 de abril de 1921, filho de Almir Nóbrega Passarinho e Dulce Guimarães Passarinho, e falecido em Brasília, em 29 de abril de 2014, cedo se mudou para o Rio de Janeiro, onde se diplomou em direito e se casou com a professora Yésis Amoedo Passarinho. Mas de suas raízes nordestinas ele não se esquecia. Discursando, ao se despedir do Tribunal Federal de Recursos, referiu-se à sua terra natal, enfatizando que “as perspectivas, os enfoques dos que vêm dos pampas, acostumados ao sopro do minuano, sensíveis aos problemas das fronteiras sulinas, nem sempre se identificam com os daqueles que provêm das imensidões do Norte ou das regiões do Nordeste, estes com visão de emigrantes batidos pelas secas, de capinzais crestados, de fazendas agonizantes”.

No discurso que pronunciei na sessão em que o Supremo Tribunal Federal o homenageou, em razão de sua aposentadoria, realcei o equilíbrio, a serenidade e a coragem moral que foram as suas marcas. Aldir Passarinho nunca foi de posições extremadas. Ele sabia, arotei, conciliar o novo com o tradicional e ficar com o novo, em detrimento do tradicional, como era capaz de repudiar aquele em favor deste, quando o novo não passava de mero modismo.

Lembrei Milton Campos ao lecionar que “o meio termo é uma posição de coragem, daquela tranquila e determinada coragem que resulta da convicção sincera e refletida. O ponto extremo é mais cômodo, porque oferece uma definição precisa e dispensa as constantes revisões que a realidade suscita”. Essa posição de equilíbrio, de meio-termo, transparece das decisões do ministro Aldir, posição que leva à reflexão, à meticulosidade. Os extremos impedem ver claramente as questões postas e os romanos já proclamavam *in medio virtus*.

Mas, assinalei, as posições de equilíbrio e de meio-termo não impediam que o ministro Passarinho adotasse decisões vanguardistas, o que ocorreu inúmeras vezes, seja no Tribunal Federal de Recursos, no Tribunal Superior Eleitoral e no Supremo Tribunal, sempre buscando realizar os valores fundamentais da justiça.

Dele disse o ministro Sepúlveda Pertence, ainda procurador-geral da República, discursando quando da posse do ministro Aldir na presidência do TSE: “Sob a toga aparentemente fria do juiz, revela-se o homem atormentado por um compromisso vital com os valores da justiça”. Aldir foi pioneiro, ainda juiz de 1º grau, no sustentar a possibilidade, mediante habeas corpus, do trancamento de inquérito, quando os motivos determinantes da ação policial se mostram de pronto inexistentes. E assinalava que os constrangimentos que o inquérito policial traz para o homem de bem são insuportáveis. E decisão outras de vanguarda adotou, sem alarde. A virtude é silenciosa.

A lealdade aos amigos, saliente, era característica de Aldir Passarinho. Amigos de Aldir do tempo de serviço militar — Aldir foi soldado convocado por ocasião da 2ª Guerra — ele os visitava, no Rio de Janeiro. Os funcionários antigos da Justiça Federal eram seus amigos. Aldir no Supremo, eu ainda no TFR, pedia-me que ajudasse no encaminhamento burocrático de papéis de humildes servidores, seus amigos. O grande juiz, o jurista e o advogado notável, era, sobretudo, um homem de bem e do bem, que não buscava aplausos fáceis. Justo, temperava a sua justiça com a bondade. Ai do justo alheio à piedade. De regra, é um fraco. É de Napoleão a máxima: somente os fortes são bons.

Construiu, com a sua amada Yésis, companhia de toda a vida, e que lhe sobrevive, família admirável, o seu filho, o advogado Aldir Passarinho Júnior, ministro aposentado do STJ, que lhe segue os passos, a sua nora Lúcia Eugênia e as suas netas, a jornalista Nathalia e a advogada Clarissa. Ao cabo e em suma, vale afirmar, com o testemunho dos homens do seu tempo, que o ministro Aldir Passarinho, juiz comprometido com os valores fundamentais da justiça, bem compreendia, com M. Hauriou, que “uma gota de justiça tem um valor infinito”.